

**DOCUMENTOS DIDÁTICOS NO ESPÍRITO SANTO DO ESTADO NOVO:
ALGUMAS FONTES, VESTÍGIOS E REFLEXÕES
SOBRE ESCRITOS PARA A ESCOLA**

ANDRÉ LUIZ BIS PIROLA¹

As reformas educacionais brasileiras das décadas de 1930 e 40 ocorridas no âmbito do Estado Novo se caracterizaram por ações extremamente sinuosas e perspicazes em relação aos rumos do Ensino pretendido à Escola Brasileira. Ressignificando discussões concernentes à educação e sua função estratégica na unidade nacional, insistiram em explicitar uma imprescindível necessidade de reorganização, renovação e, principalmente, centralização dos *assuntos* educacionais. Um primeiro resultado desses intentos: um ministério regulador...

Assim, a Reforma Francisco Campos criava o Ministério da Educação e Saúde Pública, que passaria a deter a exclusividade da competência para elaborar programas educacionais, diretivas curriculares, controle da circulação dos livros, periódicos, revistas e toda sorte de suportes que veiculassem a leitura da educação no Brasil. De fato, assistiu-se, uma vez mais, as questões nacionalistas sobre as pedagógicas.

Programas curriculares e orientações metodológicas pautavam-se, assim, pela idéia da construção nacional que, a partir das noções de pátria, tradição, família e nação formaria na população o espírito de patriotismo e da participação consciente. Mesmo com a adoção de maior grau de 'cientificidade' para o ensino de História, algumas matrizes da história sagrada foram estrategicamente mantidas, em atendimento a pressões de setores católicos ligados à educação (FONSECA, 2003, p. 54).

Tornava-se ímpar a uniformização dos livros didáticos e estabelecimento de parâmetros para a sua importação, produção e utilização. Tudo isso foi acionado pelo **Decreto-Lei nº. 1006, de 30 de setembro de 1938**, criando a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) - subordinada ao Instituto Nacional do Livro (INL), também criado no Estado Novo.

¹ Doutorando do Programa de Estudos Pós Graduated em Educação: História, Política, Sociedade – EHPS, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Bolsista Capes.

Como embasamento ao processo corrente começaram a ser vulgarizadas as reflexões sobre os *nossos* manuais escolares. Processo constituído, sobretudo, por iniciativas de síntese da produção didática que até então se realizara. Seriam propostos quadros que contemplariam a produção de então, tendo como critérios, por exemplo, o rigor metodológico e a relação de simetria entre o conteúdo didático e o *científico*.

Nesse sentido, Guy de Hollanda, promoveria, pelo INEP, reflexões sobre os principais manuais de História do seu tempo, em seu “*Um quarto de século de Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro - 1931-1956*”, de 1957. De sua autoria, também, a “*Pesquisa de estereótipos e valores nos compêndios para o ensino secundário brasileiro de 1930 a 1956*” (1957). Participando da construção das bases dos projetos educacionais, as revistas, como a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (INEP), lançada em 1944, foram cruciais na construção dos diversos projetos pensados para a escola em seus currículos, livros, compêndios e demais suportes.

No Espírito Santo, avaliados, controlados e consumidos, os livros, compêndios e revistas didáticas das décadas de 1930 e 40 também deixaram muitas pistas. Contemporânea ao opúsculo do Professor Amâncio (PIROLA, 2008), encontramos, primeiramente, preciosas informações do “Espírito Santo *didático*” na *Revista de Educação de Victoria - ES*, de 1937.

Oficial, a revista era concebida pelo Serviço de Cooperação e Extensão Cultural do Departamento de Educação e publicada pela Companhia Editora Nacional. Encontramos em seu número 30-31, ano IV, de junho e julho de 1937, uma valiosa indicação das cartilhas e livros de leitura que circulavam no Espírito Santo em meados dos anos 1930.

É válido lembrar que a Lei de 1938 também diferenciava *Livros de Leitura de Compêndios*, numa tentativa de esclarecer a definição do *gênero* livro didático. No Espírito Santo, essa diferenciação seria identificada quando nomes conhecidos do Departamento de Educação e Saúde Pública como, por exemplo, Tales de Andrade e Theodoro Moraes teriam suas obras contempladas. São elas:

As 1º. ANNO – CARTILHAS

- O Amigo da Infância – Stella Brant de Carvalho...3\$000
- Meu Livro – Theodoro de Moraes3\$000
- Ler Brincando – Thales de Andrade2\$500

1º. ANNO – LEITURA

- Sei Ler – Intermediário – Theodoro de Moraes3\$000
- Novas Leituras 1o. – M. Oliveira e R. Dordal3\$000

2º. ANNO – LEITURA

- O Pequeno Escolar – M. Moura Santos3\$500
- Infância – Henrique Ricchetti3\$500
- Vida na Roça – Thales de Andrade3\$000
- Espelho – Thales de Andrade3\$000
- Meu Livro 2 – Theodoro de Moraes3\$000
- Minha Pátria 2 – J. Pinto e Silva3\$000
- Novas Leituras 2 – M. Oliveira e R. Dordal3\$000
- Meus Deveres 2 – J. Pinto e Silva3\$000

3º. ANNO – LEITURA

- O Pequeno Escolar – M. Moura Santos 3\$500
- Trabalho – Thales de Andrade3\$500
- Saudade – Thales de Andrade4\$000
- Sei Ler 2 – Theodoro de Moraes4\$500
- Minha Pátria 3 – J. Pinto e Silva 3\$500
- Novas Leituras 3 – M. Oliveira e R. Dordal3\$500
- Meus Deveres 3 – J. Pinto e Silva 3\$000

4º. ANNO – LEITURA

- O Pequeno Escolar – M. Moura Santos4\$000
- Saudade – Thales de Andrade4\$000
- Sei Ler 2o. – Theodoro de Moraes4\$500

Entretanto, se a escolha do livro didático (e das cartilhas) era facultada ao professor, é bom lembrar que além de “quais” obras deveriam embasar a *leitura correta* de Educação do professorado capixaba, o Departamento de Educação também deixava claro, no alto da contracapa – para aqueles se arriscassem a buscar outras obras fora do roteiro –, o “como” esses *aventureiros* deveriam escolhê-las. Assim, se a *leitura* não era *forçada* por uma forma, o era por outra. A advertência posta estrategicamente ante à listagem não deixa dúvidas:

Não adopte na sua escola um livro qualquer. Entre os bons escolha os melhores. Entre os melhores os que obedeçam, estrictamente, aos preceitos pedagógicos e higiênicos, quanto ao tamanho dos tipos à qualidade do papel, a correção da linguagem, a simplicidade, a clareza, a natureza dos assumptos expostos. Neste caso, prefira os seguintes, optimos auxiliares do professor primário, aprovados e aconselhados pela Secretaria da Educação e Saúde Pública do Espírito Santo: (SESPE, 1937:15).

A advertência, acima, aponta à questão crítica do processo de escrita – didática – que engloba o conjunto de conseqüências que esta pode produzir tanto na construção de sentido para o real quanto na sua determinação. Afinal, os autores liberados pela censura da leitura são, justamente, os que estão em consonância com as premissas da censura estabelecida, caso contrário não seriam adotados ou, pelo menos, não teriam a chancela oficial em suas obras.

Logo, o mundo construído pelos censores e autores ao longo de suas obras didáticas está mais próximo do concebido para a finalidade de apreciação e divulgação de suas obras do que da diversidade de mundos que pululam para além do orbe da oficialidade. Perspectiva que se fundamenta na reflexão do historiador dos livros e edições didáticas, Alain Choppin, quando analisa os autores e suas características no processo de representação.

[...] A imagem da sociedade pelos livros didáticos corresponde a uma reconstrução que obedece a motivações diversas, segundo época e local, possui como característica comum apresentar a sociedade mais do modo como àqueles que, em seu sentido mais amplo, conceberam o livro didático gostariam que ela fosse, que ela realmente é. (CHOPPIN, 2004:557).

Sabemos que as *representações* estão sempre atravessadas por um inerente processo de conflito de interesses posto pela importância de se ter o poder de impor e reforçar uma dada percepção da realidade. No âmbito desses conflitos estão necessariamente as *comunidades de interpretação*, ou seja, diferentes grupos que, contraditoriamente constroem a realidade mediante configurações intelectuais múltiplas de delimitação e classificação (CHARTIER, 2001). São essas comunidades que estabelecem práticas que pretendem construir uma determinada identidade social. Propõem, assim, uma forma, específica de se estar no mundo e o fazem compreendendo-o através de critérios cuja validade e legitimação são por elas mesmas estabelecidos.

Os autores não são simples espectadores de seu tempo: eles reivindicam um outro status, o de agente. O livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, freqüentemente de forma favorável: as ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos ou a violência são sistematicamente silenciados (CHOPPIN, 2004:557).

No caso do Estado Novo, no Espírito Santo - e dos grupos que escreviam tendo os leitores da Escola como alvos - é válida a discussão que destaca os elementos constitutivos dessas comunidades. De acordo com os parâmetros de uma determinada geração de intelectuais - e aqui entendemos gerações de intelectuais justamente como *comunidades de interpretação* -, podemos perceber como a dinâmica simbólica que atua através de seus manuais escolares.

Contudo, as produções no Espírito Santo do Estado Novo não se resumiam à *Revista de Educação*. No transcorrer de nossas pesquisas sobre a História do Ensino de História no Espírito Santo (PIROLA, 2010), identificamos um promissor ambiente literário local, um *locus* significativo que contemplava obras didáticas – **documentos didáticos** - dos mais diversos segmentos do conhecimento. O próprio historiador Renato Pacheco (2004) demonstra um quadro rico da produção das primeiras décadas do século XX.

De fato, durante esse período podemos identificar a fundação da Academia Espírito-Santense de Letras (e também a AEL dos Novos); criação do Grêmio Rui Barbosa; Casa do Estudante; Comemorações do quarto século do Instituto Histórico Espírito-Santense, entrega de Prêmios Literários - uma época profícua.

Tentando sintetizar esse rico momento e resgatar as produções do passado capixaba, foi promovida a *1ª Exposição do Livro Capixaba*², de 19 de junho a 10 de julho de 1943, pela Seção de Propaganda e Turismo do Departamento Municipal de Estatística de Vitória. Para a nossa sorte, o seu delgado catálogo possui uma seção intitulada “Didáticos” e nela encontramos:

- *Apontamentos Práticos de Química*, de Manoel Moreira Camargo (1930);
- *Babel Psicológica*, de Fernando Abreu (1937);
- *Geografia do Estado do Espírito Santo*, de Carlos Justiniano de Matos (1926);
- *Momento Histórico*, de Cândido Costa (Belém do Pará, 1920);
- *Noções de Literatura*, de Elpídio Pimentel (1918);
- *Pátria*, de Carvalho Lima Junior (1909);
- *Postilas Pedagógicas*, de Elpídio Pimentel (1923);
- *Quando o Penedo Falava*, de Elpídio Pimentel (1927);
- *Vultos e Fatos Brasileiros* (1ª Edição, 1930) e
- *Vultos e Fatos Brasileiros* (1941), de J. D. Colares Junior.

É importante observar que à época da *Exposição*, de acordo com a política vigente no país, os livros, sobretudo os didáticos, faziam parte de uma campanha de construção da identidade nacional. Pesquisas que estudam o controle varguista sobre as escolas dos imigrantes no país, demonstram tal campanha. Nesse contexto destaca-se o trabalho de Soares (1997:94), a partir do qual constatamos a apreensão dos seguintes livros didáticos em alemão:

² Encontramos também os catálogos da 3ª e 5ª Exposições do Livro Capixaba dos anos 1949 e 1955, respectivamente.

- *Christoph Kololumbs Der Entdecker Amerikas*, de W. Christian ou Minha língua, de Ebling – Rotermund (Grammatica português para uso nas escolas alemães no Brasil, bilíngüe, editada por Rotermund & Co., de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul).

Nesse sentido, notamos que no *Catálogo* da citada Exposição não há qualquer título impresso em língua de países “não aliados”³ envolvidos no conflito que findaria em 1945. Após o fim do Estado Novo, a CNLD persistiu com seus plenos poderes, sem que se solucionassem os problemas “decorrentes da centralização do poder, do risco de censura, das acusações de especulação comercial, e de manipulação política, relacionadas com o livro didático” (FREITAG, COSTA, E MOTA, 1989:14).

Seguindo a tendência de arrolamentos iniciada na *1ª Exposição do Livro*, a *Resenha Histórica da Academia Espírito Santense de Letras*, de 1945 (a primeira sobre a AEL), atualizou o catálogo de 1943. Foi elaborada pelo seu membro, Eurípedes Queiroz do Valle, autor com larga produção dedicada ao Espírito Santo, boa parte dela com orientação didática.

Destacamos a série que busca sintetizar os diversos aspectos do Espírito Santo. Em 1948, Queiroz do Valle elabora um livreto de notas, fatos e personalidades do Estado. Em 1959, esse livreto é ampliado sob o título *Pequeno Dicionário Informativo do Espírito Santo* que, em 1971, açambarcaria maior sucesso sob o título *o Espírito Santo e os Espírito Santenses*, alcunhado pelo próprio autor de “os dez mais...”.

Não é estranho, portanto, notar, à exceção da *Resenha* 1945, as obras desse magistrado figurar nos acervos das bibliotecas escolares do Estado, em geral, ao lado dos livros didáticos. Assim, temos a listagem das obras “pedagógicas” da *Resenha de 1945*⁴:

³ Atentamos à importância das “memórias” dos imigrantes no Espírito Santo às pesquisas em História da Educação, especialmente as que fazem referência aos manuais escolares.

⁴ A partir de VALLE (1945) muitas obras começam a ser reincluídas nas listagens posteriores. Observaremos isto nos catálogos da 3ª e 4ª Exposições do Livro capixaba. Assim visando, citaremos somente aquelas mais diretamente ligadas à nossa pesquisa.

- *Prática de Eloquencia Sagrada*, Mons. Eurípedes C.N. da G. Pedrinha, 1889;
- *O Ensino da Doutrina Cristã*, D. Fernandes de Souza Monteiro, 1905;
- *Noções de Literatura*, Elpídio Pimentel, 1918;
- *O Ensino de Geografia*, Carlos Xavier Paes Barreto;
- *Alocução Pedagógica*. Aristóbulo Barbosa Leão, 1921;
- *Postilas Pedagógicas*, Elpídio Pimentel, 1923;
- *Quando o Penedo Falava*, Elpídio Pimentel, 1927;
- *O ensino Primário pelo Método Analítico*, Arquimino Mattos, 1927;
- *O Ensino de História*, J. C. de Almeida Cousin, 1930;
- *A Pedagogia Nacional*, Manoel Xavier Paes Barreto Filho, 1931;
- *O Espírito Santo (Geografia humana)*, J. C de Almeida Cousin, 1936;
- *Babel Psicológica. (estudos de psicologia)*, Fernando de Abreu. 1937;
- *Pontos de Química*. J. C. de Almeida Cousin, 1937;
- *Gramática Portuguesa sem mestre*. Kosciuscko B. Leão, 1940;
- *Atividade Química*. Serynes P. Franco, 194;
- *História do Espírito Santo (para Crianças)*, Carlos N. Madeira, 1943.

É preciso atentar que, dentre as obras arroladas em todas as listagens com as quais trabalhamos, selecionamos somente aquelas que satisfaziam aos critérios de didaticidade. Não obstante, usamos todas elas para o necessário trabalho de contextualização das obras selecionadas. A profusão dos livros que fizeram parte das edições posteriores da *1ª Exposição de Livros* parece contrastar com a situação da segunda metade do século XX, descrita por Pacheco (2004, p.173), ao comentar que “até 1950 Vitória não tinha livrarias. Alguns empórios e papelarias vendiam livros, especialmente escolares”. Neste sentido, as obras dos professores-autores das gerações⁵ constantes do *Catálogo da 1ª Exposição* foram de inestimável colaboração nesta contextualização sobre a produção didática no Espírito Santo.

⁵ Importantes questões relacionadas aos embates geracionais e seus reflexos no âmbito da intelectualidade local são estudados por Leite (2002).

CONSIDERAÇÕES

O contexto de concepção e elaboração de **documentos didáticos, fontes, vestígios e reflexões sobre as escritas para a escola** no Espírito Santo do Estado Novo só fez redimensionar as relações de força que, em um dado *momento anterior*, pendiam para proposições de um dado Espírito Santo.

O que se deu, de fato, foi uma explicitação, no âmbito da produção didática, da entrada de outras concepções de história e ensino consoantes às finalidades tensionadas. Em relação ao mérito das obras, não houve o *velho* ou *novo*, tampouco, *melhor* ou *pior*. Houve, sobretudo, um jogo de forças que, ainda hoje, e, principalmente ainda hoje, se dá através das representações de Espírito Santo construídas e reiteradas em seus manuais didáticos.

Tanto não há transição uma vez que algumas representações dos manuais do “momento anterior” ainda podem ser encontradas em nossas “edições atualizadas”. De qualquer forma, se isso se dá é porque também existe um público consumidor que compartilha *representações*, formando, a seu turno, uma *comunidade de interpretação de Espírito Santo* compreende a realidade de uma maneira muito própria.

Logo, a chegada dos *novos* manuais didáticos sobre o Espírito Santo no Estado Novo não pode ser compreendida somente a partir de um dado recorte histórico político, mas, sobretudo, a partir das representações de mundo que construíram suas páginas. Construção que não é somente obra do autor, mas, de todo um grupo que demanda tal escrita didática. Toda uma *comunidade* que interpreta o Espírito Santo a partir de determinados valores e que, nestas mesmas obras didáticas, encontram seus correlatos.

Não podemos, pois, desconsiderar que tais representações atravessaram a construção e a significação da realidade de então, exemplificado na escolha, ou não, dos manuais didáticos. Nesse ponto, foi revelador analisar as fontes, vestígios e reflexões acerca dessa obras, uma vez que pudemos compreender melhor as escolhas históricas e didáticas a partir das quais seus autores escolheram, também, as *comunidades* de interpretação a partir das quais inventaram e intervieram em suas realidades. Contudo, mais pertinente, foi o impacto de tal análise quando percebemos – em nós - o quanto essas *obras e representações* foram e, ainda são, partícipes ativos das formas pelas quais criticamos a realidade atual.

REFERENCIAIS

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. O Ensino de História do Brasil: concepções e apropriações do conhecimento histórico (1971 –1980). In CERRI, Luis Fernando (org.). **O ensino de História e a Ditadura Militar**. Curitiba. Ed. Aos Quatro Ventos, 2003. p. 35 –54.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa/Rio: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.

_____. **Cultura escrita, literatura e história**: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. **Os desafios da escrita**. Tradução de Fulvia M. L. Moretto. São Paulo:UNESP, 2002a.

_____. **À beira da falésia**: a História entre certezas e inquietudes. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRS, 2002b.

_____. **Inscrever e apagar**: cultura escrita e literatura. Tradução Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Unesp, 2007.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p.549 a 566, 2004

_____. Traiter le manuel scolaire comme source documentaire: une approche historique. **Língua Escrita**. Belo Horizonte, nº 3, dezembro de 2007. Disponível em www.fae.ufmg.br/ceale. Acesso em 15 de dezembro de 2007.

PIROLA, A. L. B. **O livro didático no Espírito Santo e o Espírito Santo no livro didático**: história e representações. 2008. 265f. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

PIROLA, André Luiz Bis Pirola; LEITE, Juçara Luzia. Historiografia e Educação: uma questão de método (sobre práticas de imposição de uma leitura correta da história). **Árius Revista de Ciências Humanas e Artes**. v. 16, n. 1/2, jan./dez. 2010. Disponível em http://www.ch.ufcg.edu.br/arius/01_revistas/v16n1-2/03_arius_v16_n1-2_mh_06_historiografia_e_educacao.pdf

VALLE, Eurípedes Queiroz do. **Academia Espírito Santense de Letra**: resenha histórica. Vitória: [s.n], 1945.